



RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA

16 A 20 DE OUTUBRO DE 2023

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados

Terça-feira (17/10), 14h00

PL 4173/2023 - Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior.

Autor: Poder Executivo

Relator: dep. Pedro Paulo - RJ/PSD

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo apresentado

Resultado: Não deliberado.

PDL 929/2021 - Aprova o texto do Texto do Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital do Mercosul, assinado na cidade de Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019. Item incluído após o envio da Agenda.

Explicação: O Acordo tem como objetivo o reconhecimento mútuo de certificados de assinatura digital, emitidos por prestadores de serviços de certificação credenciados em cada estado parte, para efeitos de conferir à assinatura digital o mesmo valor jurídico e probatório que às assinaturas manuscritas.

Autor: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Relator: dep. Alessandra Haber (MDB/PA)

Resultado: Aprovado. A matéria segue para análise do Senado Federal.

Quarta-feira (18/10), 14h00

PDL 609/2021 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2020. Item incluído após o envio da Agenda.

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Resultado: Não deliberado.

PDL 929/2021 - Aprova o texto do Texto do Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital do Mercosul, assinado na cidade de Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019. Item incluído após o envio da Agenda.

Explicação: O Acordo tem como objetivo o reconhecimento mútuo de certificados de assinatura digital, emitidos por prestadores de serviços de certificação credenciados em cada estado parte, para efeitos de conferir à assinatura digital o mesmo valor jurídico e probatório que às assinaturas manuscritas.

Autor: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Resultado: Aprovado. A matéria vai ao Senado Federal.

Terça-feira (17/10)

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Seminário – Tema: 1º Seminário Nacional de Política Industrial: Inovação e Descarbonização.

Resultado: Realizado.

CPD – COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Audiência Pública – Tema: A audiodescrição e seu potencial inclusivo: desmitificando para avançar.

Resultado: Realizada.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PEC 69/2019 (Fase 1 - CD) - Acrescenta inciso X ao art. 170 da Constituição Federal para incluir a economia solidária entre os princípios da Ordem Econômica.

Autor: Senado Federal - Jaques Wagner PT/BA

Relator: deputado José Guimarães - PT/CE

Parecer: pela admissibilidade.

Resultado: Não deliberado.

PEC 33/2021 (Fase 1 - CD) - Altera o art. 5º da Constituição Federal para prever o direito fundamental à acessibilidade e à mobilidade.

Autor: Senado Federal

Relator: Laura Carneiro - PSD/RJ

Parecer: pela admissibilidade.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício.

PL 8168/2017 - Altera o Código de Processo Civil e a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, tornando infração da ordem econômica as condutas abusivas em contratos particulares, e tornando ineficazes as cláusulas abusivas de modificação de foro.

Explicação: inclui na legislação brasileira cláusulas de proteção de pequenas empresas quando estas fazem negócio com grandes corporações.

Autor: dep. André Figueiredo PDT/CE

Relator: deputado Afonso Motta - PDT/RS

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, com subemenda.

Resultado: Não deliberado.

PL 1803/2023 - Altera o parágrafo 1º e acresce o parágrafo 5º ao art. 63 da Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer que a eleição de foro deve guardar pertinência com o domicílio das partes ou com o local da obrigação, bem como que o ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva, passível de declinação de competência de ofício.

Explicação: acresce ao Código de Processo Civil limites à cláusula de eleição de foro, com vistas a coibir a prática abusiva desse direito.

Autor: dep. Rafael Prudente MDB/DF

Relator: deputado Erika Kokay - PT/DF

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

Quarta-feira (18/10)

OUTROS EVENTOS

Lançamento de Frente Parlamentar – Tema: Lançamento da Frente Parlamentar Mista da Reforma Tributária.

Resultado: Realizado. Foram escolhidos como coordenadores dos deputados Mauro Benevides Filho (PDT/CE), Bohn Gass (PT/RS), Reginaldo Lopes (PT/MG) e Dilvanda Faro (PT/PA) e os senadores Paulo Paim (PT/RS) e Randolfe Rodrigues (REDE/AP).

CREDN - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL / Pauta divulgada após o envio da Agenda.

PL 1477/2023 - Institui, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), o Subsistema de Monitoramento e Alerta Contra Atos Extremistas Violentos, e dá outras providências.

Autor: Alberto Fraga PL/DF

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança - PL/SP

Parecer: pela aprovação.

VTS 1, Fernanda Melchionna - PSOL/RS

Resultado: Não deliberado.

PL 1006/2022 - Institui a Lei Geral das Atividades Espaciais e altera a Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994.

Explicação: a Lei dispõe sobre as atividades especiais vinculadas à defesa e à segurança nacionais e o uso de bandas de frequência e posição orbitais geoestacionárias.

Autor: Pedro Lucas Fernandes UNIÃO/MA

Relator: Paulo Alexandre Barbosa - PSDB/SP

Parecer: pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, com Emenda.

Resultado: Não deliberado.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PL 2362/2023 - Proíbe a publicação, distribuição ou transmissão, por qualquer meio, de informações acerca de autores de crimes e de atos infracionais contra a vida cometidos no interior de estabelecimentos de ensino.

Explicação: Veda publicação, distribuição ou transmissão, por qualquer meio, inclusive na internet, texto, vídeo, imagem, sinal ou qualquer outro conteúdo que possibilite a identificação de autores de crimes e de atos infracionais contra a vida cometidos no interior de estabelecimentos de ensino.

Autor: dep. Júnior Mano PL/CE

Relator: dep. Maurício Carvalho - UNIÃO/RO

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício.

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO

PL 581/2019 - Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dar à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas.

Explicação: dá tratamento equitativo entre as parcelas do lucro apropriado pelo capitalista e pelo trabalhador, aplicando à participação dos lucros dos trabalhadores a mesma distribuição de lucros e dividendos dada aos sócios e acionistas.

Autor: Senado Federal - Alvaro Dias PODE/PR

Relator: deputado Luiz Carlos Motta - PL/SP

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Não deliberado em razão da não realização da reunião.

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLP 12/2022 - Altera os arts. 3º e 16 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão ao Simples Nacional no decurso do ano-calendário de 2022, e dá outras providências.

Explicação: possibilitar, no ano de 2022, a adesão ao Simples também às empresas cuja receitas brutas médias mensais se enquadrem proporcionalmente aos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

Autor: dep. Léo Moraes PODE/RO

Relator: deputado Félix Mendonça Júnior - PDT/BA

Parecer: pela rejeição deste, e pela aprovação do PLP 52/2023, apensado.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

PL 3420/2019 - Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a fim de alterar o critério da multa aplicada às entidades de direito privado em caso de vazamento de dados pessoais.

Explicação: Estabelece como limite para a multa prevista para o não atendimento da Lei em até 2% do faturamento ou R\$ 50 milhões.

Autor: dep. Heitor Freire PSL/CE

Relator: dep. Jadyel Alencar - PV/PI

Parecer: pela rejeição deste, do PL 6149/2019, apensado, e do Substitutivo adotado pela CCTI.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 10h30

REQ 29/2023 - Requer a realização de Audiência Pública para avaliar a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a China.

Convidados:

- Luciana Santos - Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação;

- Geraldo Alckmin - Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Deputado Fausto Pinato (PP/SP) - Coordenador da Frente Parlamentar Brasil-China e da Frente Parlamentar BRICS;
- Deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA) - Grupo Parlamentar Brasil/China;
- Embaixada da República Popular da China no Brasil;
- Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação;
- Presidente do Instituto Sociocultural Brasil-China, Thomas Law;
- Diretora Executiva do Conselho Empresarial Brasil-China, Cláudia Trevisan;
- Academia Brasileira de Ciências (ABC) e professor destacado da Universidade tecnológica de Dongguan, na China, Yuan Jinyun.

Autor: dep. Luisa Canziani PSD/PR

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

REQ 31/2023 - Requer o aditamento ao Requerimento nº 21/2023 - CCTI, para a inclusão de convidados na reunião de audiência pública para debater o tema "Computação Quântica no Brasil, seus desafios e perspectivas".

Convidados:

- Microsoft;
- Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii);
- Dr. Marcos Cesar de Oliveira - Professor do Instituto de Física da Universidade de Campinas (Unicamp), Diretor Associado do Instituto de Física Gleb Wataghin e Especialista em Teoria de Informação Quântica.

Autor: dep. Luisa Canziani PSD/PR

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

REQ 32/2023 - Requer o aditamento ao Requerimento nº 23/2023 - CCTI, para a inclusão de convidados no Seminário Conectividade universal e significativa: o poder do digital transformando o Brasil".

Convidados:

- Conexis Brasil Digital, na Sessão 1;
- Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), na Sessão 1;
- Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp), na Sessão 2;
- Instituto Escola Conectada, na Sessão 2;
- Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES), na Sessão 3;
- Fundação Telefônica Vivo, na Sessão 3.

Autor: dep. Luisa Canziani PSD/PR

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

REQ 33/2023 - Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema "Importância do uso responsável da tecnologia e Consequências do excesso de tela na infância e adolescência".

Convidados:

- Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC);
- Comitê Gestor da Internet (CGI.br);
- Dr. Bruno Bioni - Doutor em Direito Comercial, Diretor-Fundador do Data Privacy Brasil e Membro-titular do Conselho Nacional de Proteção de Dados/CNPD;
- Dr^a. Isabella Henriques - Doutora em direitos difusos e coletivos pela PUC-SP, Diretora-executiva do Instituto Alana e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB-SP;
- Tik Tok;
- Meta;
- Google;
- Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP);
- Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP);
- Thais Hagge - Vice-Presidente de Beleza e Bem-Estar da Unilever Brasil;
- Dr. Cristiano Nabuco - Pós-doutor em Psiquiatria, Doutor em Psicologia Clínica e Especialista em Dependência Tecnológica.

Autor: dep. Luisa Canziani PSD/PR

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

REQ 35/2023 - Requer a criação de Grupo de Estudos sobre Transformação Digital e Inovação – GETDI no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação – CCTI. *Item incluído após o envio da Agenda.*

Autor: Luisa Canziani PSD/PR

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

PL 760/2019 - Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências.

Autor: dep. Bacelar PODE/BA

Relator: dep. Luisa Canziani - PSD/PR

Parecer: pela aprovação deste, do Substitutivo adotado pela Comissão de SAÚDE, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

PL 5827/2019 - Altera a Lei nº 8.958, de 1994, para permitir a utilização dos recursos captados por instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica nas finalidades que especifica.

Explicação: autoriza IFES e ICTs a celebrar convênios e contratos, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.

Autor: dep. Sanderson PSL/RS

Relator: dep. Fred Linhares - REP/DF

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

PL 1458/2022 - Modifica a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 (Lei de Informática), estabelecendo prazo para que os bens de informática comercializados no País atendam a requisitos ambientais e de eficiência energética.

Explicação: estabelece que as empresas fabricantes, importadoras ou distribuidoras de bens de informática e automação terão o prazo de um ano, contados da publicação desta lei, para adequar-se aos requisitos ambientais e de eficiência energética, estabelecidos pelo Poder Executivo em regulamento, mediante plano de gerenciamento de resíduos sólidos e de logística reversa.

Autor: dep. Márcio Macêdo PT/SE

Relator: deputado Nilto Tatto - PT/SP

Parecer: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do Substitutivo adotado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

PL 2391/2022 - Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor espacial; altera a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, para destinar temporariamente recursos ao CT-Espacial.

Explicação: cria uma série de incentivos para o setor espacial, como: linhas de financiamento do BNDES para área espacial, dando preferência à compra de componentes e equipamentos nacionais utilizados nestas pesquisas; além de determina que 15% da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico, devida pela pessoa jurídica detentora de licença de uso ou adquirente de conhecimentos tecnológicos, deverão ser destinados temporariamente ao CT-Espacial.

Autor: dep. Guiga Peixoto PSC/SP

Relator: dep. Cleber Verde - MDB/MA

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado em razão do cancelamento da reunião.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQ 68/2023 - Requer, nos termos regimentais, o aditamento ao requerimento no REQ 62/2023, para inclusão de orador na realização de audiência pública.

Explicação: a Audiência Pública discutirá "o monopólio das montadoras e concessionárias no acesso aos códigos de software necessários para o diagnóstico e reparo de veículos".

Convidado:

- Celso Mattos, Presidente do Sindicato das Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios (Sindirepa).

Autor: dep. Jorge Braz REP/RJ

Resultado: Não deliberado em razão da não realização da reunião.

PL 21/2019 - Dispõe sobre a garantia ao consumidor da disponibilização de mecanismos de segurança alternativos aos sistemas biométricos para controle de transações.

Explicação: estabelece que as instituições financeiras deverão disponibilizar as mesmas funcionalidades, operações e serviços disponíveis aos optantes dos sistemas biométricos àqueles que preferam a utilização de outras ferramentas de segurança.

Autor: dep. Weliton Prado PROS/MG

Relator: deputado Vinicius Carvalho - REP/SP

Parecer: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 4132/2020, apensado.

Resultado: Não deliberado em razão da não realização da reunião.

PL 3172/2019 - Dispõe sobre a adiamento do vencimento das faturas cobradas por fornecedores de serviços continuados.

Explicação: serviços de natureza continuada são aqueles em que existe um contrato de prestação de serviço sem prazo final definido ou cujo prazo contratado ultrapasse 6 meses.

Autor: dep. Carlos Henrique Gaguim DEM/TO

Relator: dep. Gilson Daniel - PODE/ES

Parecer: pela aprovação deste e dos PLs 3335/2019, 4181/2019 e 6339/2019, apensados, com substitutivo.

VTs 1, Gilson Marques - NOVO/SC

Resultado: Não deliberado em razão da não realização da reunião.

PL 3190/2021 - Determina limite máximo diário de transferência eletrônica via PIX e dá outras providências.

Explicação: limita a transferência eletrônica bancária denominada PIX. ao valor máximo de R\$ 500,00 diários

Autor: dep. Alexandre Frota PSDB/SP

Relator: dep. Roberto Monteiro Pai - PL/RJ

Parecer: parecer do Relator, Dep. Roberto Monteiro (PL-RJ), pela rejeição deste, da Emenda 1 da CDC, e do PL 2632/2022, apensado, e pela aprovação do PL 1467/2023, e do PL 2593/2023, apensados, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado em razão da não realização da reunião.

CVT - COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PL 3498/2019 - Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre a obrigatoriedade de contratação de seguro de danos causados por colisão, incêndio, furto ou roubo dos veículos utilizados no transporte remunerado privado individual de passageiros.

Autor: dep. Altineu Côrtes PL/RJ

Relator: dep. Antonio Carlos Rodrigues - PL/SP

Parecer: pela aprovação deste, do PL 5756/2019, do PL 5795/2019, do PL 6110/2019, e do PL 3516/2020, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CDEICS.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício.

CLP - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUG 1/2023 CLP - Sugere Projeto de Lei destinado a alterar a Lei 13467/17 e a Lei 13429/17, a fim de resgatar o princípio favor laboratoris na CLT. Item nº 13

Autor: Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina

Explicação: promove diversas alterações e revogações na CLT, para, entre outros, estabelecer que a duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

Relator: deputado Pedro Uczai - PT/SC

Parecer: pela aprovação, na forma do Projeto de Lei apresentado.

Resultado: Aprovado.

CCULT - COMISSÃO DE CULTURA

PL 2132/2022 - Altera a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para assegurar aos deficientes visuais o acesso aos documentos públicos.

Autor: Joceval Rodrigues CIDADANIA/BA

Explicação: estabelece que os documentos públicos impressos e na forma digital devem ser disponibilizados em formato acessível às pessoas com deficiência visual.

Relator: Alfedinho - PT/SP

Parecer: pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela CPD, com emenda.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício.

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, 14h00

REQ 64/2023 - Requer o aditamento ao requerimento nº 31/2023, que requer a realização de audiência pública para debater o PL nº 2.370, de 2019, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais

Convidados:

- Associação Brasileira de Música Independente (ABMI); e
- Pro-Música Brasil Produtores Fonográficos Associados.

Autor: Fred Linhares REP/DF

Relator: Fred Linhares - REP/DF

Resultado: Aprovado.

REQ 67/2023 - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: Boas práticas para a proteção de dados e publicidade digital para crianças e adolescentes na internet". *Item incluído após o envio da agenda.*

Convidados:

- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Juliana Cunha, Diretora da Safernet Brasil;
- Câmara E-Net;
- Alessandro Vieira (PSDB/SP), senador autor do PL 2628/2022 que dispõe sobre proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais;
- Instituto ALANA;
- Patrícia Peck, Head de Pesquisa e Políticas Públicas do Instituto Norberto Bobbio (INB), Presidente do Instituto iStart e Coordenadora do Grupo de Trabalho de ações educativas e fomento à cultura da proteção de dados do Conselho Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

Autor: Jadyel Alencar PV/PI

Resultado: [Aprovado](#).

PL 2532/2023 - Estabelece a obrigatoriedade dos provedores de serviços de internet e redes sociais atuarem preventivamente contra a divulgação não autorizada de conteúdo íntimo, visando proteger a privacidade, dignidade e integridade das pessoas. *Item incluído após o envio da agenda.*

Autor: dep. Laura Carneiro PSD/RJ

Relator: dep. Silvyne Alves - UNIÃO/GO

Parecer: pela aprovação.

Resultado: [Aprovado](#). A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

CDHMIR - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

REQ 170/2023 - Requer a realização do Seminário Tecnologias de Reconhecimento Facial: usos e riscos para os direitos humanos” da Câmara dos Deputados. *Item incluído após o envio da agenda.*

Autor: Erika Hilton PSOL/SP

Convidados:

- AqualtuneLab;
- Coding Rights;
- Data Lab;
- Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN);
- CPDH;
- Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia de Recife (IP. rec);
- APP Sindicato dos Trabalhadores em educação pública do Paraná;
- Tarcízio Silva, Senior Tech Policy Fellow (Mozilla), professor, mestre em Comunicação (UFBA) e doutorando em Ciências Humanas e Sociais (UFABC);
- Movimento Craco Resiste;
- Rede Latino-americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS);
- Observatório das Metrópoles - Núcleo Curitiba;
- Campanha Tire Meu Rosto da Sua Mira;
- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec);
- Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC); e
- Laboratório de Tecnopolíticas Urbanas da PUC-PR (JararacaLab).

Autor: Erika Hilton PSOL/SP

Resultado: [Não deliberado](#).

Quinta-feira (19/10)

CEDIRDIG - COMISSÃO ESPECIAL SOBRE DIREITO DIGITAL / Pauta divulgada após o envio da Agenda

Audiência Pública – Tema: Digitalização e Registro Públicos.

Resultado: [Realizada](#).

REQ 34/2023 - Requer a inclusão de convidados no REQ 19/2023, que requer a realização de Audiência Pública para discutir a utilização da inteligência artificial na área da saúde, considerando potenciais e riscos.

Convidados:

- Marcio Krakauer, médico clínico e endocrinologista, patrono da Liga Acadêmica de Telemedicina (Latel) na Faculdade de Medicina do ABC (FMABC); e
- Fernando Malerbi, médico oftalmologista, especialista em retina e vítreo.

Autor: Dr. Zacharias Calil UNIÃO/GO

Resultado: [Não deliberado](#).

REQ 35/2023 - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: "Boas práticas para a proteção de dados e publicidade digital para crianças e adolescentes na internet".

Convidados:

- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- ANPD;
- Juliana Cunha, Diretora da Safernet Brasil;
- Câmara E-Net;
- Alessandro Vieira (PSDB/SP), senador e autor do PL 2628/2022 que dispõe sobre proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais;
- Instituto ALANA; e
- Patrícia Peck, head de Pesquisa e Políticas Públicas do Instituto Norberto Bobbio (INB), Presidente do Instituto iStart e Coordenadora do Grupo de Trabalho de ações educativas e fomento à cultura da proteção de dados do Conselho Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

Autor: Jadyel Alencar PV/PI

Resultado: Não deliberado.

REQ 36/2023 - Requer a realização de Audiência Pública para debater temas relacionados ao escopo da Comissão Especial sobre Direito Digital, mais notadamente a relação entre a Política Nacional de Desenvolvimento Econômico Digital e a Consolidação das Leis Digitais, com os seguintes convidados: Márcio Mello Chaves - Advogado e Professor na área de Direito Digital, Privacidade e Proteção de Dados, com mestrado em Propriedade Intelectual pela Università Degli Studi di Torino e no World Intellectual Property Organization (WIPO Academy); e Victor Auilo Haikal - Advogado com Master of Science pela University of Maryland, Doutorando e Mestre pela Universidade de São Paulo. Professor e palestrante de temas de Direito Digital.

Convidados:

- Márcio Mello Chaves - Advogado e Professor na área de Direito Digital, Privacidade e Proteção de Dados, com mestrado em Propriedade Intelectual pela Università Degli Studi di Torino e no World Intellectual Property Organization (WIPO Academy); e
- Victor Auilo Haikal - Advogado com Master of Science pela University of Maryland, Doutorando e Mestre pela Universidade de São Paulo. Professor e palestrante de temas de Direito Digital.

Autor: Delegado Paulo Bilynskyj PL/SP

Resultado: Não deliberado.

REQ 37/2023 - Requer que seja convidada como Representante da FEBRABAN, a Sra. Roberta Gaspar Buso, advogada sênior da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, visando contribuir como debatedora com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital.

Autor: Domingos Sávio PL/MG

Resultado: Não deliberado.

REQ 38/2023 - Requer que seja convidado o Sr. Gustavo Marinho, representante da Associação dos Titulares de Cartório do Brasil, visando contribuir como debatedor com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital.

Autor: Domingos Sávio PL/MG

Resultado: Não deliberado.

SENADO FEDERAL

Terça-feira (17/10)

CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Audiência Pública – Finalidade: Debater e apresentar o plano de atuação da agência no que se refere à proteção de dados e à transformação digital do país.

Resultado: Realizada.

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

PL 334/2023 (Substitutivo-CD) - Altera as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 10.865, de 30 de abril de 2004, para prorrogar até 31 de dezembro de 2027 os prazos de que tratam os arts. 7º e 8º e o caput do § 21 do art. 8º, respectivamente, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha devida por Municípios.

Explicação: prorroga a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia até 31 de dezembro de 2027.

Autor: Câmara dos Deputados

Relator: Senador Angelo Coronel - PSD/BA

Parecer: não apresentado
Resultado: Vista concedida.

PL 2838/2020 - Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 – Lei do Bem.

Explicação: Concede benefícios fiscais a empresas no âmbito da Lei 11.196/05 (Lei do Bem) com foco nas ações de inovação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento.

Autor: Senador Izalci Lucas - PSDB/DF

Relator: Senador Carlos Viana - PODE/MG

Parecer: não apresentado

Resultado: Retirado de pauta.

CTIA – COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Audiência Pública – Tema: Debater o Relatório Final da Comissão de Juristas responsável por subsidiar elaboração de Substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil (CJSUBIA).

Resultado: Realizada.

Quarta-feira (18/10)

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PL 1269/2022 - Acrescenta o art. 16-A à Lei nº 8.429 de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal, para disciplinar os efeitos jurídicos decorrentes das declarações de indisponibilidade de bens. Item incluído após o envio da Agenda.

Autor: Câmara dos Deputados

Relator: Senador Ciro Nogueira - PP/PI

Parecer: favorável ao Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado. Devido a aprovação do requerimento de urgência, a matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

CTIA – COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Audiência Pública – Finalidade: Debater os Impactos da Inteligência Artificial no Setor Acadêmico - Universidades e

Resultado: Realizada.

Quinta-feira (19/10)

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Audiência Pública – Finalidade: Apreciação do relatório de conclusão do Grupo de Trabalho para avaliação do Sistema Tributário Nacional, apresentado pelo coordenador, senador Efraim Filho.

Resultado: Realizada.

CTIA – COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL / Pauta divulgada após o envio da agenda.

Audiência Pública – Finalidade: Debater a importância da Inteligência Artificial para área da saúde.

Resultado: Realizada.

Sexta-feira (20/10)

CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Audiência Pública – Finalidade: Debater o vício em tecnologia e redes sociais, seu agravamento e aumento de incidência e suas consequências.

Resultado: Realizada.